

# ***A Imprensa de Oposição e a Política Brasileira em Relação ao Paraguai (1869-1875)***

Francisco Fernando Monteoliva Doratioto

Um dos conflitos mais sangrentos da América Latina, a guerra entre a Tríplice Aliança — Argentina, Brasil e Uruguai — e o Paraguai, e seus antecedentes, tem uma vasta historiografia. Tal não ocorreu quanto aos estudos sobre os anos posteriores a 1870. A disputa entre a Argentina e o Império brasileiro pela hegemonia sobre o Estado guarani, que quase levou os antigos aliados à guerra, mereceu poucos estudos, privilegiando quer o aspecto diplomático, quer a repercussão daquela no parlamento<sup>1</sup>. A política brasileira em relação aos países do Rio da Prata, comandada pelo Gabinete em mãos do Partido Conservador, foi alvo de veemente contestação, no parlamento e na imprensa, pelas oposições liberal e republicana. No entanto, o papel da imprensa, quanto à questão, não mereceu, até agora, maiores cuidados. É objetivo deste artigo contribuir para suprimir tal lacuna, com base na análise dos dois jornais oposicionistas mais significativos do Rio de Janeiro, no período: *A Reforma* e *A República*.

A delimitação cronológica entre 1869 e 1875 justifica-se porque no primeiro ano, em janeiro, Assunção foi

Francisco Fernando Monteoliva Doratioto é mestre em História.

*Textos de História* 1 (1993): 77-102.

H • I • S • T • Ó • R • I • A

ocupada pelas tropas brasileiras, após quatro anos de guerra. Ainda porque, meses depois, em agosto, houve o surgimento de um governo provisório paraguaio. Já em fins de 1875, a Argentina e o Paraguai decidiram estabelecer as negociações que, no ano seguinte, levaram à assinatura dos Tratados de Paz e Limites entre os dois países. Assim, nesse ano, o Estado paraguaio no pós-guerra teve seu território definido, e houve o fim da tensão nas relações entre Buenos Aires e o país guarani, bem como uma redução na tensão entre a Argentina e o Império.

Porta-voz do Partido Liberal, *A Reforma* surgiu em julho de 1868, tendo uma vida de dez anos. Defendia o programa liberal, sintetizado no lema “ou a reforma ou a revolução”, no qual eram propostas as reformas eleitoral e judiciária; a abolição do recrutamento militar e da Guarda Nacional e o fim da escravidão. Expressão do Partido Republicano, *A República*, por sua vez, apareceu em outubro de 1871, tendo alcançado a grande tiragem diária, para a época, de 10.000 exemplares. O jornal desapareceu no dia 27 de fevereiro de 1874, quando foi atacado por monarquistas, por ter em regozijo enfeitado o prédio no qual funcionava, quando da proclamação da república na Espanha<sup>2</sup>.

Para um melhor entendimento da postura dos jornais, faz-se necessário expor um quadro introdutório da divergência entre o Brasil e a Argentina, em torno do Paraguai, no pós-guerra.

### *Os objetivos e a atuação da diplomacia brasileira*

Para fazer a guerra contra o Paraguai, o Império brasileiro, a Argentina e o Uruguai assinaram o Tratado da Tríplice Aliança, em 1º de maio de 1865. Esse documento foi criticado no Conselho de Estado, órgão consultivo do Imperador, por conselheiros membros do Partido Conservador, então na oposição, os quais condenaram duramente os termos do documento de aliança, assinado pelo Gabinete Liberal. Viam aqueles políticos, no Tratado, uma ameaça à defesa e segurança do Brasil e um instrumento de engrandecimento da Argentina. Entre outras críticas, apontava-se para o rompimento da política tradicional do Império, no sentido de manter não só a independência, como também o território paraguaio, necessário para separar a fronteira de Mato Grosso do contato direto com o território argentino. Isto porque, argumentava o parecer do Conselho, o Paraguai ficaria colocado num “abraço apertado”, já que o Chaco e as Missões passariam a ser territórios argentinos<sup>3</sup>.

A partir desse parecer, a diplomacia imperial, tanto sob o governo dos liberais, quanto sob o Gabinete Conservador — a partir de julho de 1868, quando este partido assumiu o poder — buscou evitar que a Argentina se apossasse de todo o Chaco. Parte deste poderia ficar, no pós-guerra, quer com o próprio Paraguai, quer com a Bolívia, a qual, em notas trocadas pelo aliados, as “reversais”, em 1º de maio de 1865, tinha ressalvado o direito de reivindicar o território, como o fazia desde a

década de 1850<sup>4</sup>. O Tratado da Tríplice Aliança não realizou seu potencial de ser o marco de uma nova fase nas relações argentino-brasileiras, pois permaneceram as antigas desconfianças mútuas. Buenos Aires continuou a ver, no Império, o herdeiro do expansionismo lusitano da época colonial, enquanto o Rio de Janeiro manteve a crença de que a Argentina buscaria reunificar, sob sua hegemonia, o território do Vice-Reino do Rio da Prata, dos tempos coloniais, incorporando o Uruguai e o Paraguai.

Tal Estado seria uma dupla ameaça ao Império, na medida em que surgiria uma república mais poderosa que a solitária monarquia brasileira. República essa que nacionalizaria os rios Paraná e Paraguai, podendo obstaculizar a sua livre navegação, fundamental para o Rio de Janeiro manter contatos com Mato Grosso, viabilizando economicamente a província, bem como sua defesa. Naquela época, o caminho terrestre por território brasileiro, para essa província, era extremamente difícil, fazendo com que as viagens demorassem meses.

Em janeiro de 1869, tropas brasileiras ocupavam Assunção. A conquista da capital inimiga não significou, contudo, o fim do conflito, tendo Francisco Solano López, chefe de Estado paraguaio, continuado a combater, até ser cercado e morto por soldados imperiais, em março de 1870. A posse de Assunção levou o Gabinete brasileiro a acreditar que aquele era o momento oportuno para a instalação de um governo provisório paraguaio.

Em fevereiro de 1869, partia para o Rio da Prata, em missão especial, o ministro dos Negócios Estrangei-



ros, José Maria da Silva Paranhos, futuro Visconde do Rio Branco. Durante sua ausência, assumiu, como ministro interino, o Barão de Cotegipe. Paranhos seguia viagem com instruções sobre as exigências que deveriam ser atendidas, por um governo provisório, para este ser reconhecido como tal pelo Rio de Janeiro. Tinha ele, também, instruções para assinar o Tratado de Paz com as novas autoridades paraguaias, e, ainda, de qual deveria ser a atitude quanto à Argentina. A missão em si, bem como a idéia da criação de um governo provisório, sofreu a crítica do jornal liberal *Diário do Povo*<sup>5</sup>.

Chegando em Assunção, no dia 20 de fevereiro, o enviado imperial agiu no sentido de que se organizasse um governo provisório. A instalação deste seria uma forma de reafirmar a continuidade da existência do Paraguai como Estado independente. Temia-se, devido à situação de destruição em que se encontrava o país, que este, enfraquecido, terminasse por ser incorporado à Domingo Sarmiento, na época presidente argentino. Sarmiento defendera, no livro *Argirópolis*, escrito na década de 1850, a criação de uma confederação entre a Argentina, o Paraguai e o Uruguai. Exercendo ele, em 1867, cargo diplomático nos EUA, tornou a defender tal idéia, em conversa com o representante brasileiro, Azambuja<sup>6</sup>.

Estimulados por Paranhos, cidadãos paraguaios em Assunção fizeram uma petição aos governos aliados, solicitando a constituição de um governo provisório. A petição foi entregue, em Buenos Aires, aos plenipotenciários aliados, que se reuniram na cidade: o argentino,

Mariano Varela; o uruguaio, Adolfo Rodriguez; e o próprio Paranhos. Este defendeu a criação do governo provisório e sustentou que o mesmo poderia assinar os Tratados de Paz, com o que não concordaram os representantes argentino e uruguaio, temerosos quanto às intenções do Império em relação à república derrotada<sup>7</sup>. Os tratados de paz permanente; a definição das fronteiras; a fixação da dívida de guerra paraguaia; e os compromissos para garantir a independência guarani, eram objetivos de Paranhos, que teriam que esperar outro momento.

Em 2 de junho, os representantes aliados assinaram dois protocolos. O primeiro deles estabelecia a criação de um governo provisório paraguaio e, o segundo, as condições que este deveria preencher para ser reconhecido como tal. O governo provisório deveria ser composto por três membros, livremente escolhidos pelos cidadãos guaranis de territórios sob controle das tropas aliadas. As novas autoridades deveriam se organizar de forma a agir em harmonia com os aliados, dando às forças destes liberdade de movimentação para receberem petrechos de guerra e víveres. Os triúnviros não poderiam tratar com Solano López, com representantes deste, ou, ainda, com pessoa sob sua influência<sup>8</sup>.

### *A crítica à diplomacia do Gabinete Conservador*

O *Jornal do Comércio*, gazeta situacionista do Rio de Janeiro, como justificativa em favor de se instalar

um governo provisório paraguaio, fez a afirmação, em 1º de agosto de 1869, de que Solano López não era governante legítimo do Paraguai. Para aquele jornal, que apoiava o Gabinete Conservador, tal falta de legitimidade se prendia ao fato de o Chefe de Estado paraguaio ter recebido o poder por testamento de seu pai, o Presidente Carlos Antonio López, e não por escolha da população guarani. Essa opinião foi refutada pelo liberal Silveira Martins, nas páginas de *A Reforma*. A questão, afirmava ele, não era de direito constitucional e, sim, de direito internacional, não havendo outro governo no Paraguai. Além do que, ressaltava, o próprio Império havia reconhecido Francisco Solano López como chefe de Estado, ao ter sido, perante ele, representado por um encarregado de negócios e os demais países continuavam a reconhecê-lo como presidente. E, concluía, tanto era Solano López governo, que as forças imperiais lhe faziam guerra, sendo “ridículo” querer-se “fundar com baionetas” as autoridades provisórias, buscando apresentá-las como legítimas<sup>9</sup>.

Uma comissão, nomeada pela assembléia de cidadãos paraguaios que se encontravam em Assunção, indicou, para compor o Governo Provisório, um triunvirato formado por Antonio Rivarola, Carlos Loizaga e José Bedoya. Estes, para serem reconhecidos como governantes pelos aliados, aceitaram todas as exigências feitas pelos plenipotenciários, reunidos em Buenos Aires<sup>10</sup>.

Paranhos continuou no Paraguai após a instalação do novo governo e a morte de Solano López, em março de 1870, procurando evitar que o país ficasse sob

influência da Argentina. Esta, por sua vez, passou a ter utilizada contra si uma afirmação do próprio chanceler Varela, em resposta à nota em que o governo paraguaio protestava contra a ocupação argentina da Vila Ocidental, no Chaco, localizada na margem do rio Paraguai oposta àquela em que se encontrava Assunção. Na resposta, Varela argumentava que a vitória militar não dava direitos aos vencedores de imporem, ao vencido, a definição de fronteiras. Estas deveriam, segundo o chanceler, ser fixadas após cada uma das partes reclamantes apresentar seus títulos sobre os territórios contestados, para definir qual país estaria com a razão<sup>11</sup>. Essa afirmação estranha, posto que vinda do ministro de um país aliado, portanto vencedor, se explica por temer, o governo argentino, eventuais pretensões do Império em relação ao Paraguai.

Para a diplomacia do Gabinete Conservador, a afirmação de Varela foi oportuna. Passou ela a ser usada, mais tarde, pelo Império para evitar que todo o Chaco ficasse sob o controle da Argentina, quando o governo desta, mudando de posição, recorreu à condição de vitorioso na guerra, para reivindicar esse território.

Em junho de 1870, Paranhos e o representante argentino em Assunção, General Vedia, assinaram, com o presidente do Governo Provisório paraguaio, Antonio Rivarola — que se tornara o único governante, tendo findo o triunvirato — um protocolo pelo qual era declarada a paz entre os aliados e o Paraguai. Com esse documento, a República guarani aceitava *en su fondo* o Tratado da Tríplice Aliança, mas os ajustes definitivos de



paz ficavam para ser definidos pelo governo permanente paraguaio, a ser eleito, que poderia, inclusive, propor mudanças em relação ao documento de 1º de maio de 1865<sup>12</sup>. Na prática, anulava-se o Tratado da Tríplice Aliança nessa questão, pois por este as fronteiras eram determinadas de forma impositiva, não cabendo ao Paraguai qualquer negociação.

A diplomacia conservadora sofreu contestação no jornal *A Reforma*, o qual defendeu que o governo Imperial retomasse a política “franca, leal e verdadeiramente americana”, de 1864, com a Argentina<sup>13</sup>. Lembrava o periódico que graças à “política generosa” do Gabinete Liberal e de seus diplomatas, junto às repúblicas do Pacífico e do Rio da Prata, conseguira-se romper “a atmosfera de ódios” que rodeava o Império no continente, e permitira a assinatura do Tratado de Limites com a Bolívia, em 1867<sup>14</sup>. Os povos do Prata, acreditava o jornal, eram conciliadores, sendo os governos da região, e principalmente o imperial, os responsáveis pelo clima de desconfiança em relação ao Brasil. Este, perante os olhos da opinião pública platense, estava sempre a intervir naquela área, sendo “patente” que o caminho a ser seguido pelo Rio de Janeiro era o da abstenção nos assuntos das repúblicas vizinhas<sup>15</sup>.

Em meados de julho de 1870, Paranhos retornou ao Rio de Janeiro para reassumir o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros. Ficou por pouco tempo na Corte, pois em outubro do mesmo ano ele retornava a Buenos Aires, em nova missão. O retorno levantou a oposição de *A Reforma*, que, apesar de reconhecer em Paranhos um

homem hábil e dedicado à pátria, também o classificava “de uma infelicidade notável na carreira diplomática”. Isso porque, argumentava a folha liberal, apesar de o Conselheiro ter tido dinheiro na missão anterior, o apoio das forças brasileiras e, ainda, o conhecimento dos homens e das coisas platinas, só conseguira instalar um governo provisório em Assunção e fazer apenas um Tratado Preliminar de Paz, e não o definitivo, estabelecendo as fronteiras<sup>16</sup>.

Em Buenos Aires, no dia 25 de janeiro de 1871, após difíceis negociações, Paranhos assinou, com os representantes dos governos argentino e uruguaio, o Acordo Prévio entre os Aliados, no qual eram estabelecidas as condições do governo paraguaio para a assinatura da paz definitiva<sup>17</sup>. Contudo, Paranhos não pode seguir para Assunção, onde se dariam as negociações entre os Aliados e o governo paraguaio, pois a missão foi interrompida por sua nomeação, pelo Imperador, para cargo de presidente do Conselho de Ministros. Foi, então, substituído no cargo de Enviado Especial pelo Barão de Cotegipe, que chegou à capital paraguaia em outubro de 1871.

O Barão de Cotegipe pode assistir, logo após a sua chegada em 1º de novembro de 1871, a eleição pelo Congresso do governo permanente paraguaio, presidido pelo próprio Antonio Cirilo Rivarola. O novo governo era alvo de dúvidas por parte de *A Reforma*, que apontava como influenciado por elementos anti-brasileiros<sup>18</sup>. Questionava o jornal a presença de tropas imperiais no Paraguai, mantidas pela diplomacia conservadora, como

um reforço a sua ação e garantia contra qualquer atitude argentina. A gazeta de oposição apontava essas forças como dispendiosas ao Tesouro Imperial<sup>18</sup>.

Para *A Reforma*, a diplomacia conservadora agravava a situação do Império no continente. O jornal via que, quanto à monarquia brasileira, em toda a América do Sul, “é nos, em extremo infenso, o espírito das diversas nacionalidades”. Uma liga de repúblicas sul-americanas contra o Império, acreditava esse órgão da imprensa, “não é uma vã utopia”; daí propor que o Rio de Janeiro procurasse conseguir a estima e confiança dos “pequenos Estados que nos cercam”<sup>20</sup>.

As críticas do jornal liberal à política externa do Império não se dirigiam a D. Pedro II, procurando, sim, atingir o Partido Conservador. Elas eram resultado, em parte, de uma proposta diferente em relação ao assunto, mas, de outro lado, as observações também eram feitas visando ao quadro político interno. Atingindo os conservadores em sua diplomacia, buscava-se enfraquecê-los internamente, desgastando-os junto à opinião pública.

A postura de *A República* em relação ao assunto era muito mais radical. Em lugar de apontar a responsabilidade pela política externa ao partido que ocupava o poder, o jornal procurava associá-la ao próprio Imperador que afirmava, com razão, que “há muitos anos é nosso único ministro de estrangeiros”. A política internacional brasileira, elaborada por D. Pedro II, conforme *A República*, “é uma cilada permanente aos interesses democráticos da América”<sup>21</sup>. Vinculava-se, assim, a democracia no continente ao fim da monarquia brasileira.

Desse modo, as críticas republicanas à diplomacia imperial no Rio da Prata também eram um instrumento nas lutas partidárias, porém mais vigoroso que o exercitado pelos liberais, pois questionava a própria existência da monarquia. A partir da eleição do presidente constitucional do Paraguai, não havia porquê a Argentina opor-se à negociação dos tratados definitivos de paz entre os aliados e esse país. Daí, o Barão de Cotegipe, Manuel Quintana e Adolfo Rodriguez, representante, respectivamente, do Império, da Argentina e do Uruguai, iniciarem as negociações dos referidos tratados com o governo paraguaio. Este marcou sua conduta por recusar-se a reconhecer a soberania de Buenos Aires sobre todo o território do Chaco. Quintana, ao mesmo tempo, indicando a mudança de postura do seu governo, passou a exigir o cumprimento estrito do Tratado da Tríplice Aliança quanto à definição das fronteiras e a cobrar, dos outros dois aliados, apoio às reivindicações argentinas. Cotegipe e Rodriguez não aceitaram essa pretensão e, criado o impasse, o enviado argentino retirou-se para Buenos Aires, para fazer consultas junto a seu governo<sup>22</sup>.

A diplomacia imperial respaldara e mesmo animara a posição do governo paraguaio. A partida de Quintana veio, na opinião de Cotegipe, "coroar" uma série de razões que, acreditava, assistiam ao Império para negociar, em separado, o Tratado de Paz com o Paraguai. Em 9 de janeiro de 1872, foram assinados entre o Brasil e o Paraguai quatro tratados: um definitivo de paz; outro de amizade; outro de comércio e navegação; e, ainda, o de entrega de criminosos e desertores. A fronteira entre os dois países ficou delimitada nos termos que o Império

reinvidicava, desde a década de 1850, recuando, por iniciativa do governo imperial, do rio Iguerey, como estabelecia o Tratado de 1865, para o Apa<sup>23</sup>. A assinatura do Tratado de Paz sofreu severa condenação, tanto em *A Reforma*, quanto em *A República*. Este último jornal classificava o Tratado como “funesto” e, afirmando não entrar no mérito de o Chaco ser ou não argentino, perguntava se não seria melhor o Império parar de “manobrar” contra a pretensão argentina, opondo-se abertamente contra ela, em lugar de se aliar com o antigo inimigo, o Paraguai. A folha republicana especulava que a posição da diplomacia imperial podia ser decorrente de seu temor da ascendência de Buenos Aires sobre o país guarani, bem como do temor de uma ameaça à livre navegação do rio Paraguai, em se tornando o Chaco argentino. Se tal fosse o caso, o periódico, tomando como hipótese que o governo imperial teria que manter tropas na República paraguaia por 10 anos, afirmava que o gasto para tanto seria suficiente para abrir uma estrada de ferro do Paraná até o Mato Grosso, resolvendo o problema de isolamento desta última província em relação ao resto do Brasil<sup>24</sup>. A política externa do Império, segundo *A República*, era onerosa, exigindo muitos gastos, contrastando com a pobreza em que vivia o interior brasileiro<sup>25</sup>.

A oposição liberal também criticava, em *A Reforma*, o fato de o Brasil ter assinado em separado a paz com o Paraguai, em lugar de se pautar por uma ação combinada com a Argentina<sup>26</sup>. Segundo o jornal, o tratado, assinado por Cotegipe, não significava a estipulação da paz, mas, sim, o pomo da discórdia arremessado entre

povos que devem ser amigos”, afirmava, referindo-se à Argentina<sup>27</sup>.

Não errava a folha liberal em suas previsões. A assinatura da paz em separado, por Cotegipe, tivera forte repercussão na Argentina, exacerbando os sentimentos contrários ao Império. As relações entre os dois países agravaram-se e atingiram seu ponto mais crítico com a dura nota argentina de 27 de abril de 1872, em protesto contra a paz em separado, criando-se, mesmo, um clima de guerra. Frente a essa situação, *A Reforma*, após reafirmar que desaprovava a diplomacia imperial, expunha, conciliadoramente, que, quaisquer que fossem os erros do Gabinete, “não podemos esquecer que ele representa, no estrangeiro, a nossa soberania e a nossa nacionalidade”<sup>28</sup>. Porém, o jornal mostrava-se convicto de que a Argentina estava a exigir do Brasil apenas o que fora estipulado no Tratado da Tríplice Aliança, como poderia ser entendido, afirmava, por qualquer pessoa que não fosse “diplomata de certa escola”<sup>29</sup>.

Enquanto isso, *A República* não transigia, afirmando que o governo “arrasta o Brasil a uma guerra tão desnecessária quanto imprudente” e indagava desde quando “uma nota /a argentina de 27 de abril/ em estilo inconveniente” era motivo para uma guerra entre nações há pouco aliadas<sup>30</sup>. Manteve-se o jornal, durante todo o ano de 1872, inarredável em contestar a política imperial de negociar com o Paraguai, separadamente do antigo aliado argentino. Acusou o Império de estabelecer uma espécie de protetorado sobre Assunção<sup>31</sup>; e acabou por condenar tanto o Brasil quanto a Argentina pelas pretensões que tinham em relação ao Paraguai<sup>32</sup>.

### *O apoio a uma posição de força no prata*

O presidente Sarmiento, procurando restabelecer a normalidade nas relações com o Império, enviou seu antecessor, Bartolomeu Mitre, que era admirado no Brasil, em missão especial ao Rio de Janeiro. Dessa forma, foi assinado, em junho de 1872, um acordo que restabelecia a aliança, na qual o Brasil se comprometia a apoiar as posições argentinas nas negociações com o Paraguai. Segundo *A República*, a atitude do governo imperial levava o país a uma posição "secundária e humilhante" perante a Argentina. O jornal afirmava que os termos do acordo tinham sido dados por Mitre, e apenas aceitos pelo negociador brasileiro, o Marquês de São Vicente<sup>33</sup>.

Como conseqüência do acordo do Rio de Janeiro, o governo Imperial enviou ao Paraguai o Barão de Araguaia, para colaborar com o representante argentino, novamente Bartolomeu Mitre. Araguaia apenas acompanhou as negociações, que se estenderam de abril a novembro de 1873, se abstendo de exercer qualquer pressão sobre o governo paraguaio para atender as pretensões de Buenos Aires, quanto à posse de todo o Chaco. Deste, Assunção aceitava ceder até o rio Pilcomayo, ficando sob sua soberania o resto do território; o que significaria que o Brasil não teria fronteira com a Argentina à altura da Baía Negra. Por certo as autoridades paraguaias sentiram-se apoiadas pelo Império, pois o Estado guarani estava de tal forma arrasado pela guerra que não haveria resistência à demanda territorial argentina, se não houvesse o respaldo de uma força maior. O resultado foi que Mitre, não conseguindo chegar a um

acordo com o governo paraguaio, retirou-se para a Argentina<sup>34</sup>.

Para *A Reforma*, o Império deveria retirar as tropas brasileiras do Paraguai e não se envolver mais nos assuntos internos do país, mesmo que fosse para protegê-lo da Argentina<sup>35</sup>. Couto Magalhães, em artigo nesse jornal, via três hipóteses possíveis, todas pessimistas, para o futuro da República paraguaia. Esta ou cairia na anarquia ou se tornaria um protetorado, quer do Brasil, quer da Argentina, crendo ele que esta última possibilidade era menos perigosa ao Império. Isso porque, justificava o autor, para os brasileiros seria um enorme ônus, sem qualquer compensação, ter o Paraguai como protetorado. Assim, defendia que tal peso fosse carregado pela Argentina, a qual estabelecendo o protetorado ou, mesmo, anexando o país guarani, teria suas forças diminuídas e não aumentadas, em virtude de estar o Paraguai, no pós-guerra, em estado de miséria<sup>36</sup>.

Também *A República*, numa surpreendente mudança de posição, passou a defender a inviabilidade do Paraguai. Este, segundo o órgão do Partido Republicano, teria de tornar-se, “forçosamente”, quer argentino, quer brasileiro, pois sua existência era resultado de um “artefato diplomático”, sendo um “Estado artificial e não um país com elementos de organização propriamente nacional”. Para reforçar essa opinião, exemplificava o jornal que a facção política que ocupava o governo no Paraguai encontrava-se sob influência brasileira, enquanto a oposição inclinava-se para a Argentina<sup>37</sup>.

O jornal republicano via uma guerra como consequência inevitável das divergências argentino-brasi-



leiras quanto ao Paraguai<sup>38</sup>. Até então, *A República* apontara a monarquia brasileira como uma instituição belicista, responsável pelo abalo das relações com a Argentina e como uma ameaça às repúblicas vizinhas. Coerente com sua posição, o jornal não defendera uma união em torno do Gabinete Conservador, frente a uma ameaça externa, como o fizera *A Reforma*, nos momentos críticos de 1872. Agora, em 1874, apesar de continuar criticando a diplomacia imperial, *A República* mudava de postura. Afirmava que abandonar o Paraguai seria uma prova de fraqueza do Brasil e que, embora fosse contra a guerra, se fosse “evitável, parece-nos que somente o será mostrando firmeza de nossa parte, e não retraindo-nos, o que seria tomado como covardia”<sup>39</sup>.

No início de 1875, *A Reforma* escrevia que o Brasil e a Argentina armavam-se na disputa por exercer maior preponderância sobre o Paraguai. Para o órgão liberal, o Império nada havia ganhado ou teria a ganhar, mantendo sua presença na República guarani. Defendia o periódico que se retirassem as tropas que permaneciam no país vizinho, argumentando que essa iniciativa não seria interpretada como covardia, pois a bravura brasileira já havia sido provada na guerra. Apesar de afirmar que o governo imperial devia evitar a guerra ressaltava o jornal que tal deveria se dar enquanto a dignidade nacional o permitisse, “aceitando-a, entretanto e com toda energia, desde que nos forcem a isto”<sup>40</sup>.

Em maio de 1875, o ministro das Relações Exteriores argentino, Carlos Tejedor, o enviado paraguaio, Jaime Sosa, e os representantes brasileiros, Visconde de Caravelas e do Rio Branco, se reuniram no Rio de Janeiro.

ro para negociarem um tratado de paz definitivo entre a Argentina e o Paraguai. Os enviados argentino e paraguaio chegaram a um acordo, à revelia dos representantes brasileiros, pelo qual o Chaco, acima do rio Pilcomayo, seria dividido entre o Paraguai e a Argentina, que ficaria, também, com a Vila Ocidental, perdoadando, em troca a dívida de guerra guarani para com Buenos Aires. Intimidados com a presença das forças imperiais no país, o Congresso e o presidente paraguaio, Juan Bautista Gill, não ratificaram o acordo, sob o argumento de que Sosa fizera concessões para as quais não havia recebido autorização de seu governo<sup>41</sup>.

Durante o ano de 1875, Gill, que chegara à presidência com o apoio do governo imperial, se mostrou cada vez mais infenso à influência brasileira e se aproximou de Buenos Aires. Em fins desse ano, Felipe José Pereira Leal, que chefiava a Legação Imperial em Assunção, estimulou e apoiou uma fracassada tentativa de golpe de Estado contra aquele presidente. Foi essa uma iniciativa pessoal do diplomata, duramente condenada pelo governo imperial, que o substituiu por Antônio de Araújo e Gondim, que antecederia Leal na chefia da Legação<sup>42</sup>. Apesar de Gondim considerar Gill seu amigo, a influência do Império sobre o presidente não foi restabelecida nos mesmos níveis de antes.

Enquanto isso, *A Reforma* perguntava quando o Império deixaria de representar o papel de D. Quixote e se “A Dulcinea do Chaco ainda é nossa dona a pedir torneios e batalhas?”<sup>43</sup>. A intervenção em negócios das repúblicas vizinhas, analisava o jornal, só trazia ódios ao Brasil, inclusive de setores apoiados pelo governo impe-



rial<sup>44</sup>. Os homens ligados ao presidente Gill, relatava carta procedente de Assunção, publicada em *A Reforma*, insuflavam o povo contra a presença em solo paraguaio de forças brasileiras, as quais, afirmava o missivista, “só lhes tem feito bem, e que é a garantia de liberdade de que ainda gozam”<sup>45</sup>.

Em fevereiro de 1876, em Buenos Aires, os representantes dos governos argentino e paraguaio, com a presença do Barão Aguiar de Andrada, representando o governo imperial, chegaram a um acordo, assinando um tratado de paz. Este estabelecia a retirada das forças brasileiras do território paraguaio, o que ao norte do rio Verde era paraguaio, enquanto ao sul do rio Pilcomayo era argentino e a posse da área entre os dois rios, bem como Vila Ocidental, seria submetida à arbitragem do presidente dos EUA<sup>46</sup>. Este declarou, em 1877, pertencerem os territórios litigiosos ao Paraguai, pondo fim a um ponto de atrito entre a Argentina e o Império. Assim, foi evitada a ampliação da fronteira comum argentino-brasileira.

### *Conclusões*

A política do Império em relação ao Paraguai no pós-guerra sofreu violenta condenação, porém de caráter diferente, dos jornais *A República* e *A Reforma*. Este último apontava como problema maior o fato de a diplomacia do Gabinete Conservador não cumprir os compromissos assumidos pelo governo imperial com a

Argentina, no Tratado de 1865, ao assinar a paz em separado com o Paraguai e ao não apoiar as reivindicações argentinas quanto ao Chaco. Assim, o deterioramento das relações entre os dois antigos aliados, a ponto de quase irem à guerra, era, na opinião do jornal liberal, responsabilidade do governo conservador. *A República*, por sua vez, apontava como a questão central o próprio fato de ser o Brasil um Império, no qual via um regime incapaz, por definição de conviver com a democracia quer interna, quer considerando esta como sinônimo de república, nos países vizinhos. Daí as constantes intervenções brasileiras no Prata e, após 1869, as relações cada vez mais tensas com Buenos Aires.

A análise da política externa, pelos dois jornais em tela, era, portanto, perpassada pela luta política interna. Aos liberais tratava-se de apresentar o Partido Conservador como culpado pelos problemas que o país enfrentava no Prata. Daí decorreria, esperava-se, a conclusão, pelo eleitor, de que a retirada dos conservadores do poder significava a garantia da paz externa. Esta, procuravam os republicanos demonstrar, não seria alcançada pela substituição de partidos no poder, mas, sim, pelo próprio fim da monarquia e com a ascensão da república. O Brasil, segundo tal raciocínio, tendo a mesma forma de governo que seus vizinhos republicanos, conviveria harmoniosamente com eles.

No primeiro momento, em 1872, quando se acreditava que haveria guerra entre o Império e a Argentina, *A Reforma* defendeu o apoio ao Gabinete Conservador para enfrentar o inimigo externo. Tal postura não sur-

preende em uma corrente política reformista, cujo objetivo era o de voltar a governar o Império. Surpreende, sim, a posição que *A República*, porta-voz de uma corrente politicamente radical, assumiu em 1874, outro momento em que a guerra parecia iminente. Paradoxalmente ao que havia exposto nos anos anteriores, o jornal republicano passou a defender o intervencionismo da diplomacia imperial no Paraguai e uma postura dura do Império em relação à Argentina. Ao apoiar a política de enfrentamento para com Buenos Aires, entravam em contradição os articulistas republicanos, quanto à agressividade e culpabilidade que procuravam imputar à forma monárquica de governo no Brasil, nas relações deste com as repúblicas platinas. Como era a mesma a causa última para ameaça de guerra, tanto em 1872, quanto em 1874, houve mudança de posição de *A República*. Há duas hipóteses explicativas para tanto: a primeira é que, sendo o jornal porta-voz do Partido Republicano, teria refletido uma redefinição deste quanto ao assunto. Outra hipótese explicativa, mais provável, é a de que as posições da folha republicana teriam sido oportunistas, ao reproduzirem mais a versão desejada pelo leitor do que o verdadeiro pensamento de seus editores.

Conclui-se, portanto, que, tanto para *A Reforma*, quanto para *A República*, criticar a forma pela qual o Gabinete Conservador conduzia a diplomacia quanto ao Rio da Prata era um instrumento de luta política interna e uma forma de enfraquecer o partido situacionista perante a opinião pública. Se, por um lado, os dois periódicos eram sinceros ao contemplarem a forma como o governo imperial buscava exercer a hegemonia no Para-

guai, por outro lado, não estavam dispostos a assumir, integralmente, as conseqüências da posição crítica que assumiam. Os dois órgãos de imprensa não estavam prontos a negar o apoio ao governo conservador, em caso de guerra entre o Império e a Argentina.

### Notas

1. Sobre os antecedentes da guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai, veja-se Moniz Bandeira, *O Expansionismo Brasileiro: o papel do Brasil na Bacia do Prata, Da Colonização ao Império* (Rio de Janeiro: Philobiblion, 1985); Francisco Fernando Monteoliva Doratioto, "As Relações entre o Império do Brasil e a República do Paraguai (1822-1889)" (dissertação de mestrado, Brasília: Departamento de História da Universidade de Brasília, 1989).

Sobre as divergências entre a Argentina e o Brasil em relação ao Paraguai no pós-guerra, veja-se Ramón J. Cárcano, *Guerra del Paraguay: Acción y Reacción de la Triple Alianza* (Buenos Aires: Domingo Vian, 1941), vol. II.; Amado Luiz Cervo, *O Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores (1826-1889)* (Brasília: Editora da UnB, 1981); Francisco Fernando Monteoliva Doratioto, *op. cit.*; Joaquim Nabuco, *Nabuco de Araujo; Um Estadista no Império* (São Paulo: Progresso, s.d.), 2 vols.

2. Licurgo Costa e O. Barros, *História e Evolução da Imprensa Brasileira*, pp. 338, 342-343; Nelson Werneck Sodré, *História da Imprensa no Brasil*, pp. 232, 244 e 257.

3. Parecer da Seção dos Negócios Estrangeiros do Conselho de Estado, de 30/11/1865 in Joaquim Nabuco, *op. cit.*, vol. IV, pp. 229-231.

4. As reversais, bem como o *Tratado da Tríplice Aliança* e o protocolo que determinava a demolição da fortaleza de Humaitá, podem ser vistos no *Relatório dos Negócios Estrangeiros à Assembléia Geral do Império* [doravante *RRNE*] (1872): anexo 1, pp. 1-28. A ortografia dos documentos de época foi atualizada.

5. Instruções do Barão de Cotegipe a José Maria de Silva Paranhos (futuro Visconde do Rio Branco) (Rio de Janeiro, Arquivo Histórico do Itamaraty [doravante AHI], 01/02/1869), 272-3-3. Editorial, *Diário do Povo*, 02/03/1869, p. 1. Biblioteca Nacional [doravante BN], microfilme PR-SOR 164(3)
6. Domingo Faustino Sarmiento, "Sarmiento para o Ministro das Relações Exteriores da Argentina" (Arginópolis, Capital de Los Estados Confederados, 1387 (sem data exata)), in *Obras*, vol. XXIV, pp. 314-315.
7. Petição aos Plenipotenciários Aliados, *RRNE* (1870): 19-20; "Memorandum do Plenipotenciário Brasileiro", 30/04/1869, *idem*, *ibid.*, pp. 20-24; "Memoradum do Plenipotenciário Argentino", 08/05/1860, *idem*, *ibid.*, pp. 20-24; "Memorandum do Plenipotenciário Uruguaio", *idem*, *ibid.*, pp. 44-48.
8. *RRNE* (1870): 48-56.
9. Editorial. *Jornal do Comércio*, 20/07/1869, p. 1. Biblioteca do Senado Federal, Microfilme 0089; Silveira Martins, "A Lógica do Sr. Cotegipe", *A Reforma* (04/08/1869), p. 1, BM, I-215-03-01.
10. Nota da Comissão Paraguaia aos Plenipotenciários Aliados anunciando a eleição do Governo Provisório, Assunção, 05/08/1869, 1870, p.65; Nota dos Triúnviros aos Plenipotenciários Aliados (Assunção, 15/08/1869). AHI, 272-2-13.
11. Nota do Governo Provisório paraguaio ao General Emílio MITRE, protestando contra a ocupação de Vila Ocidental (Assunção, 25/11/1869). *RRNE* (1870): 106-108; Nota do Governo argentino ao Governo Provisório paraguaio (Buenos Aires, 27/12/1869), *idem*, *ibidem*, pp. 109-110.
12. Protocolo de 20 de junho de 1870, *RRNE* (1871): 3-5.
13. J. Julio de Barros, "Congresso de Assunção", *A Reforma* (06/04/1870): p. 1. BN, I-215 03-02.
14. Editorial "O Tratado com a Bolívia", *idem*, 23/08/1870, p. 1. BN, I-215-03-03.
15. Editorial "Política do Brasil no Rio da Prata". *Ibidem*, 11/10/1870, p. 1, *idem*.
16. Editorial "Missão Diplomática". *A Reforma*, 12/11/1870, p. 1. BN, I-215-03-03.

17. Acordo Prévio entre os Aliados, Buenos Aires, 25/01/1871. *RRNE* (1872): Anexo 1, pp. 3-8.
18. Editorial "Missão Diplomática". *A Reforma*, 12/11/1870, p. 1. BN, I-215-03-03.
19. Editorial "Retrospecto Político". *Idem*, 10/01/1871, p. 1. BN, 215-03-03.
20. Editorial "Política Externa", *ibidem*, 24/09/1871, p. 1. BN, I-215-03-03.
21. Editorial sem título. *A República*, 10/12/1871, p. 1. BN, PR-SOR-169(5).
22. Francisco Fernando Monteoliva Doratioto, *op. cit.*, vol. I, pp. 372-377.
23. Barão de Cotegipe ao Conselheiro Paranhos, ministro dos Negócios Estrangeiros, Ofício Reservado, Assunção, 17/12/1871. AHI, Missão do Barão de Cotegipe, 272-3-21. *RRNE* (1872): Anexo 1, pp. 235-260.
24. Editorial sem título. *A República*, 27/01/1872, p. 3. BN, PR-SOR-169(5).
25. *Idem, ibidem*, 31/01/1872. *Idem*.
26. Editorial "Os Tratados com o Paraguai". *A Reforma*, 13/01/1872, p. 1. BN, I-215-03-06.
27. Editorial "O Tratado de Paz". *Idem*, 15/02/1872, *ibidem*.
28. Francisco Fernando Monteoliva Doratioto, *op. cit.*, v. II, pp. 418-422.
29. "Os Tratados de Assunção" (Parte 5). *Idem*, 21/07/1872, pp. 1-2, BN, I-215-03-07.
30. Editorial sem título. *A República*, 17/06/1872, p.2. BN, PR-SOR-169(5).
31. *Idem, ibid.*, 23/07/1872, p. 3. *Idem*.
32. *Idem, ibid.*, 20/07/1872, p. 2. *Idem*.
33. Francisco Fernando Monteoliva Doratioto, *op. cit.*, v. II, pp. 425-430. Editorial sem título. *A República*, 15/01/1873, pp. 1-2. BN, PR-SOR-169(5).
34. *RRNE* (1874): 07-54.



35. Seção "Crônica Política". *A Reforma*, 10/07/1873, p. 1. BN, 215-03-09.
36. Couto Magalhães, "A Guerra", *idem*, 15/01/1874, p. 1. BN, I-215-03-11.
37. "A Nação". *A República*, 11/01/1874, p. 1. BN, PR-SOR-169(5).
38. "A Propósito da Guerra Inevitável". *Idem*, 12 e 13/01/1874 (edição única), p. 1. *Ibidem*.
39. *Idem, ibidem*, 19 e 20/01/1874 (edição única) p. 1. *Ibidem*.
40. Editorial "Negócios do Prata". *A Reforma*, 20/03/1875, p. 1. BN, I-215-08-13.
41. *RRNE* (1875): Suplemento, pp. 1-44; *Idem* (1877): Anexo 1, pp. 9-10.
42. Barão de Cotegipe a Pereira Leal, Rio de Janeiro, 05/11/1875. Arquivo do Barão de Cotegipe (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro). Lata 396, Pasta 75.
43. Seção "Crônica Política". *A Reforma*, 16/11/1875, p. 1. BN, I-215-03-14.
44. Editorial "Negócios do Paraguai". *Idem*, 10/12/1875, p. 1. *Ibidem*.
45. Seção "Exterior", "Carta de Assunção", sem assinatura, datada de 24/12/1875. *Idem*, 09/01/1876, p. 3. *Ibid.*, I-215-03-15.
46. *RRNE* (1877): Anexo 1, pp. 21-50; Efraím Cardoso, *Breve História del Paraguay*, p. 112.

## Bibliografia

- Cardoso, Efraím. *Breve Historia del Paraguay*. Buenos Aires: Editorial Universitaria, 1965.
- Costa, Licurgo e O. Barros Vidal. *História e Evolução da Imprensa Brasileira*. Rio de Janeiro: Comissão Organizadora da Representação Brasileira à Exposição do Centenário de Portugal, 1940.

Doratioto, Francisco Fernando Monteoliva. "As Relações entre o Império do Brasil e a República do Paraguai (1822-1889)." Dissertação de mestrado, Brasília: Departamento de História da Universidade de Brasília, 1989.

Sarmiento, Domingo Faustino. *Obras*. Buenos Aires: Imprenta y Litografía Mariano Moreno. Tomos XIII (1896) e XXIV (1900).

Sodré, Nelson Werneck. *A História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.